



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VII - Nº 106 - 2ª QUINZENA DE MARÇO DE 1996 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50



**Movimento dos  
sem-terra  
do Pará  
mostra o  
caminho  
a ser seguido**

**Defendamos a aposentadoria  
por tempo de serviço e os  
direitos trabalhistas!**

**Lutemos contra a  
reforma reacionária  
de FHC!**

**Organizar a luta  
nacional de massa  
para por abaixo o  
plano neoliberal!**



**Com o Hamas,  
contra os opressores  
do povo palestino**

**Com Cuba, contra  
a provocação imperialista**



# A Quinzena das lutas do Movimento Operário

## Patrões não pagam salário e alegam dificuldades financeiras. Como está a situação de vida dos operários?

Os patrões se dizem em dificuldades financeiras e atrasam vários meses os salários dos operários, parcelam o 13º, demitem, não pagam as rescisões e não depositam FGTS. Cometem todo tipo de ilegalidade, quebra de direitos trabalhistas. Os patrões estão dando o calote nos operários. Mas os trabalhadores têm reagido com greves.

\* Metalúrgicos da Cervin, em Mauá montam acampamento na empresa contra demissões e a intenção dos patrões de parcelar em 15 vezes as rescisões.

\* Metalúrgicos da Mapa, Tecman também em greve contra demissões de companheiros.

\* Motoristas da Auto Viação Colúmbia paralisaram contra a demissão de 16 trabalhadores.

\* 250 metalúrgicos da Sade Vigesa foram demitidos e não aceitam parcelamento em 10 vezes das verbas rescisórias.

O trabalho é fonte de sobrevivência do operário. Os capitalistas fecham postos de trabalho e tiram toda fonte de sustento dos assalariados. Empregados e desempregados devem se unir e lutar pela redução da jornada de trabalho (6 horas), sem redução de salário, de modo a implantar a escala móvel de horas de trabalho.

\* Peões da Amec e PR Empreiteira, Jamaica Mão-de-Obra entram em greve contra atraso do salário e falta de equipamentos de segurança. Na Coneng, 100 estão sem registro em carteira.

\* Calçadistas da Cintáumo em greve por reajuste salarial.

\* Funcionários do Poder Judiciário de 5 Estados paralisaram atividades e fazem passeatas por reposição das perdas salariais e contra a Reforma Constitucional.

\* Lixeiros paralisaram e conquistaram 20% de reajuste, apesar de toda a ameaça de Maluf de demitir os grevistas

Essas lutas mostram que é necessário unir a classe operária contra a miséria e a fome, exigindo a reposição de todas as perdas salariais, escala móvel de reajuste (de acordo com a inflação) e salário mínimo vital de 1200 reais.

\* Coluna Tip não paga verbas rescisórias aos demitidos prometida para o dia 15/02. Greve deflagrada.

\* Químicos da Cisa, em Santo Amaro param pelo atraso do salário de fevereiro, rejeitam proposta de parcelar o abono do acordo coletivo e decidem continuar a greve. A resistência dos operários obriga patrão pagar o salário atrasado.

\* Trabalhadores da Vision Armações de Óculos de Taubaté ocupam o pátio da empresa (26/02) contra o atraso de 3 meses do salário e a ameaça de 200 demissões. A empresa propõe volta ao trabalho em troca do pagamento de R\$ 200,00 em 21 dias (20/03) e pretende dispensar 160 trabalhadores.

\* Metalúrgicos da Cotiforma, de Santo André, em greve há mais de 15 dias contra o não pagamento do salário de janeiro e atraso no vale de fevereiro.

\* Operários da Sanetec, em Burgo Paulista,

ameaçam fazer manifestação em frente a casa dos patrões pelo atraso do pagamento do salário de janeiro e do adiantamento do mês de fevereiro.

\* Fundação Líder, Ausbrand em greve pelo atraso de salário.

\* Metalúrgicos da Thunder-Comat e Okam, marceneiros da Steel Form e da Teperman só voltam ao trabalho quando o salário de fevereiro estiver depositado no banco.

A paralisação do trabalho é instrumento de luta do operário contra a exploração e os abusos dos patrões. A greve só deve terminar quando as reivindicações forem atendidas, para isso, é preciso muita unidade entre os grevistas, a organização de comitês de greve e a elevação da consciência política de que é necessário destruir o capitalismo em favor do socialismo.

\* Os operários da Bat-Plast de Pirituba acampam 16 dias dentro da fábrica, para bloquear a saída das máquinas. Os patrões não pagam salário desde janeiro, não pagam PLR previsto na convenção coletiva e não deposita há 2 anos FGTS.

\* Paralisados desde o dia 22 de janeiro (hoje 28/02), os trabalhadores da Café Dominium continuaram a greve pelo pagamento de julho e agosto de 95. Os patrões prometeram pagar, mas só pagaram o de julho. Os trabalhadores não receberam setembro, novembro e dezembro e o de janeiro de 96.

Os capitalistas estão matando os operários de fome. Que os operários controlem a produção e a contabilidade das fábricas. A ocupação feita pelos operários da Bat-Plast de Pirituba é um exemplo por onde se deve começar a luta contra a destruição das condições de vida dos oprimidos.

## Patrões matam os operários de fome

Os atrasos nos pagamentos dos salários têm se generalizado. Os capitalistas utilizam esse recurso para defenderem seus interesses, enquanto os trabalhadores e suas famílias passam necessidades.

\* Operários da Unideutsch, de Carapicuíba param 5 dias e rejeitam parcelamento do 13º e do salário de fevereiro. Retornaram ao trabalho depois do julgamento do TRT favorável aos operários.

\* Gradifer paralisada por um dia pelo atraso do salário de fevereiro. Patrão paga no final da tarde.

\* Operários da Uape Empreendimentos e Construções paralisaram pelo atraso do salário deste mês.

## Patrões não pagam o piso salarial

\* Trabalhadores demitidos da Consal que paralisaram as atividades de 6 a 10 de fevereiro serão readmitidos e a empresa vai pagar a diferença retroativa à data de admissão de cada funcionário. O piso salarial é de R\$ 250,00 e só pagava R\$ 138,00.

\* Petecolor paga R\$ 205,00 enquanto o piso fixado da categoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Brinquedos e Instrumentos Musicais está fixado em R\$ 250,00

A maioria dos trabalhadores no Brasil ganha de 1 a 3 salários mínimos. Cerca de 20 milhões vivem com menos de 1 a menos de 1 salário mínimo. Esse salário coloca a família operária na condição sub-humana, que é a da pobreza absoluta. Está aí a razão por que os capitalistas lucram muito e não querem pagar um piso salarial de 1200 reais, que deveria ser o salário mínimo vital. Só a unidade nacional dos trabalhadores pode impor essa reivindicação.

\* Mercedes-Benz de Campinas demite 250 operários com doenças profissionais ou acidentes de trabalho, que tem estabilidade. Muitos destes trabalhadores estão com menos de um ano e meio para se aposentar. Foram demitidos 1.203 metalúrgicos em função do fim do trabalho de encarroçamento dos ônibus. A



Procuradoria Regional do Trabalho determina que nada impede a empresa de fazer acordo oferecendo vantagens financeiras. O sindicato, apoiando-se nisso, diz que quer ampliar benefícios para os trabalhadores demitidos.

Os trabalhadores não devem aceitar essa arapuca. Nenhum acordo pode ser vantajoso quando se retira o emprego. O que devemos fazer é ocupar a fábrica, exigir a manutenção dos postos de trabalho e redução da jornada, sem nenhuma redução salarial.

### A farsa da "participação nos lucros"

Esse recurso da patronal só serve para aumentar a produtividade. Os capitalistas pagam a PLR de gota em gota, através de sorteios. E exigem que os operários não faltem no trabalho e ainda por cima aumentam o preço da refeição, cortam cesta básica, convênios médicos e demitem.

\* Metal Leve tenta enganar operários alegando que a participação de produtividade é de apenas R\$ 120,00 e decide descontar do "prêmio" de R\$ 600,00 pago em agosto. Cada operário teria de devolver R\$ 480,00 para a empresa. Os operários ameaçam acampar em frente à fábrica e patrão diz que vai pagar mais a segunda parcela do prometido. Acaba com 2º turno e irá demitir 480 operários.

\* Continental 2001 quer que os operários devolvam R\$ 140,00 de PLR alegando que as metas de produtividade não foram atingidas.

Como podemos ver, a farsa da participação dos lucros se volta totalmente contra os trabalhadores e favorece os patrões. Devemos responder que em vez de participar nos lucros, exigimos aumentos salariais e redução da jornada. Os capitalistas tiram seu lucro das longas jornadas de trabalho, dos baixos salários e da alta produtividade.

### MANIFESTAÇÕES POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

\* Metalúrgicos da MWM boicotam restaurante da empresa há 15 dias trazendo marmita de casa em protesto contra o aumento da refeição.

\* Contra a cobrança integral das refeições, os peões da Sersan fazem greve por vários dias. De acordo com convenção coletiva pagavam 5% do valor total.

\* Plásticos da Duplast decretaram greve no 21/02 por não terem água potável para beber. Rejeitaram ainda parcelar a PLR.

\* Metalúrgicos da Steola, propriedade do vice-presidente do Sindipeças, paralisaram para exigir o retorno do café da manhã, restaurante e cesta básica que foram cortados no ano passado.

O Partido Operário Revolucionário apóia toda e qualquer luta por mais elementar que seja, como a reivindicação de água potável. Os trabalhadores não são animais domesticados dos patrões.

8 de março

## 20% de quotas nos partidos para as mulheres: a institucionalização da discriminação

Uma das reivindicações do 8 de março foi a de que os partidos destinem 20% das vagas de candidatos nas eleições para as mulheres. Trata-se de uma reivindicação que não se choca com a discriminação e não ajuda efetivamente na luta pela libertação da mulher.

A opressão da mulher é produto da opressão de classe e do sistema capitalista de produção, que socialmente colocou a mulher na condição de submetida ao homem e, posteriormente, submeteu-a à dupla jornada de trabalho, resultado da tendência inerente do capitalismo de reduzir cada vez mais o salário e com isso impossibilitar que o salário do assalariado fosse suficiente para sustentar a reprodução da força de trabalho sozinho. A luta pela emancipação da mulher está indissolúvelmente ligada à luta pela destruição do capitalismo, ou, de uma forma ou de outra, ajuda a manter a opressão.

Reivindicar 20% de vagas nos partidos é ignorar que os partidos burgueses servem para manter a exploração de classe e, com ela, a submissão da mulher, como se os partidos fossem neutros em relação às formas de opressão, e como se os partidos em geral pudessem ser instrumentos de luta contra a opressão.

Somente o partido revolucionário luta pelo fim da opressão de classe, e com ele o fim da opressão sobre a mulher. A luta pelas reivindicações imediatas das mulheres leva ao choque com o capitalismo. Por isso somente um partido que se coloque pela destruição do capitalismo pode levá-las adiante às últimas conseqüências. Os partidos reformistas, que dizem defender parte dessas reivindicações, acabam por negá-las quando se chocam com o capitalismo, que se negam a combater.

As cotas nos partidos burgueses só serve à demagogia e alimenta ilusões na farsa da democracia burguesa, que só serve para manter a exploração e opressão. Mesmo que se concedessem as cotas, estas seriam utilizadas para se di-

zer que não há discriminação naquele partido. Por trás da demagogia, agiria o poder econômico de sempre e os mesmos candidatos seriam eleitos.

Num partido revolucionário, não tem sentido falar em cotas, porque homens e mulheres se colocam de acordo com suas capacidades e potencialidades e se, independentemente de sexo. Se não for assim, esse partido não será revolucionário de verdade. A defesa das reivindicações das mulheres para o partido revolucionário tem sentido na medida que as desvencilha das tarefas domésticas e as unem aos homens na luta pelo fim do capitalismo. Por isso o partido revolucionário defende a organização das mulheres, inclusive no seu interior, para esse objetivo.

Viva a luta das mulheres pelo fim da opressão!

Morte aos partidos burgueses que ajudam na manutenção da escravidão assalariada!

Construamos o partido revolucionário!

Que morra o capitalismo e com ele a discriminação!

Viva a revolução socialista!

Nacional





# Plano Real: agora virá a desvalorização do real

A crise bancária está mostrando os efeitos da recessão de um plano econômico que destrói as forças produtivas nacionais. Grandes empresas com falências e concordatas requeridas. Os credores em geral são os bancos, que emprestaram dinheiro a juros altíssimos e agora não conseguem receber de empresas que vendem e produzem cada vez menos. A crise bancária mostra a crise do plano artificial. O Plano Real, que se sustenta basicamente na valorização artificial do Real frente ao dólar, depende do pagamento de juros altíssimos ao capital financeiro internacional, que controla também a maior parte da dívida interna. Esses juros tornam-se a referência para o mercado, que os aplica sem haver a possibilidade material de sua sustentação pela produção do país. A mágica só é mantida artificialmente com o endividamento público crescente e o corte de gastos com serviços sociais e orçamentos de estados e municípios.

Só no mês de fevereiro, a dívida interna cresceu 10 bilhões de reais, ultrapassando 127 bilhões no total. Desde o início do plano, a dívida mais que dobrou. O crescimento do endividamento com os parasitas capitalistas nestes 20 meses de plano Real seriam suficientes para sustentar por 10 anos a saúde pública atual.

A crise bancária foi o principal estimulador

desse avanço nos últimos 2 meses. A doação de mais de 5 bilhões de dinheiro público ao banco Nacional explodiu o endividamento.

O governo será obrigado a mexer com o câmbio se não quiser entrar numa crise de insolvência dentro dos próximos dois anos, semelhante à do México. Para evitar isso, terá que desvalorizar o Real e agravar a recessão para estimular as exportações, tornar a venda no mercado externo mais atrativa que no mercado interno. E conseguir o acordo dos partidos no Congresso para as reformas da previdência, fiscal e administrativa. Assim poderá conseguir recursos que mantenham o endividamento dentro de margens administráveis. Pelo menos até as próximas eleições presidenciais.

O reajuste dos combustíveis anunciado é um indício dessa direção da política governamental. O aumento dos preços virá com a desvalorização cambial. Novamente, os custos dos ajustes econômicos para atender ao parasitismo financeiro será pago com mais ataques às condições de vida das massas.

A tendência recessiva será assim estimulada pelo governo. A questão do desemprego deve ganhar cada vez mais importância. A redução da produção e a aplicação da otimização de produtividade (superexploração do trabalho) jogarão mais milhares para fora das fábricas, bancos e comércio.

Cabe resistir à ofensiva neoliberal, organizando a luta nacional de massa para por abaixo o plano neoliberal, antinacional e antipopular de FHC. Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista e o partido revolucionário são condições para isso, diante da traição do reformismo.

## Solidariedade Internacional

### Intensificar a Campanha Financeira de Apoio ao POR Boliviano

A luta de classes tende-se a se agravar na Bolívia. Após a grande marcha das cocaleras até La Paz, ocorreu a luta dos ferroviários e mais recentemente a dos petroleiros; ao mesmo tempo aumenta-se a repressão aos revolucionários, em meados de fevereiro o POR boliviano denunciou que a organização *Seamos* ligada ao imperialismo americano e com o objetivo de efetivar o programa imperialista de eliminação dos cocaís, passava a formular programas que têm como eixo o combate ao trotskismo boliviano e a sua publicação *La Colmena*, na tentativa de neutralizar as posições poristas, para que as massas camponesas possam engolir as mentiras ditas pelo governo norteamericano. Agora, como veremos na nota a seguir (extraída do Jornal *Masas* boliviano nº 1503 da primeira semana de março), o governo vende-pátria de Goni tenta apertar o cerco contra as direções trotskistas, visando eliminá-las.

É dever dos revolucionários e dos oprimidos brasileiros defender as lideranças revolucionárias bolivianas. A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR) está realizando uma Campanha Financeira, com o objetivo de apoiar a luta boliviana principalmente neste momento onde muitos companheiros do POR são obrigados a entrar na clandestinidade, para não se tornar vítimas da repressão.

Todo apoio a luta do POR boliviano!  
Pôr abaixo o governo entreguista de Goni!  
Instaurar o Governo Operário e Camponês!

#### Deslocam-se Policiais para Vigiar e Perseguir os Revolucionários

Ninguém pode demonstrar a fábula de que no país está em vigência a democracia burguesa. Realmente, esta é inexistente por poderosas razões, como o pouco desenvolvimento capitalista. O que ocorre diante de nossos olhos prova o que dizemos.

Destacaram agentes para que controlem os passos e se esforcem por descobrir o que fazem quatro dirigentes

da Federação dos Professores Urbanos de La Paz e vários dirigentes do POR. Em outras palavras, o governo prepara cuidadosamente os planos para imobilizar seus maiores inimigos e em caso de necessidade prendê-los e até mesmo praticar algum atentado. O governo fascista começa a mostrar seu verdadeiro rosto assassino.

A campanha difamatória nos jornais e demais meios de comunicação parece ter cessado. Esta concessão, que pretende parecer *democrática*, é prova de que Goni, sua camarilha e os paramilitares contratados pelo oficialismo preparam-se para passar para a ação, pois o falatório torpe demonstra carecer de eficácia repressiva.

Ao mesmo tempo que os agentes foram postos em ação, a burocracia da COB e da Confederação de professores, principalmente, se apressaram a lançar dardos envenenados contra o trotskismo. O objetivo pretendido: voltar as bases contra sua direção revolucionária.

Encontramo-nos num momento de agudização da luta de classes e é por isto, precisamente, que o governo lança seus agentes da área sindical para despolitizar as massas, única maneira de conseguir que, a ordem social burguesa permaneça em pé e manter as massas em meio à agudização extrema da miséria.

A radicalização das massas avança, o que permite assegurar que pode transformar-se a qualquer momento em convulsão social. Nas vésperas veremos um maior acentuamento das medidas repressivas, para os *estadistas* de mentalidade policial, o responsável pelas agitações é a equipe partidária de agitadores radicais.

A resposta é clara. A direção revolucionária tem de realizar suas atividades clandestinamente e, ao mesmo tempo, a partir do seio das massas que se agitam. A generalização da luta terá a virtude de anular a repressão oficialista. Quando afirmamos que não temos medo, é porque sabemos que a luta revolucionária é dura e perigosa.

Devemos buscar armar ideologicamente os oprimidos e explorados para que saibam por que estão lutando e as razões que lhes obrigam a não abandonar a luta e levar o combate até seu desenlace final.



# Reforma da Previdência encontra dificuldades para ser aprovada pelo Congresso

Por 20 votos, não foi aprovado o projeto de reforma da Previdência no Congresso. Foi a derrota mais importante do governo FHC no parlamento. As mudanças na Previdência vinham sendo negociadas pelo governo com os partidos desde agosto, e recentemente passaram a contar com a colaboração de Vicentinho, presidente da CUT, que negociou com o governo a perda de direitos, como a aposentadoria por tempo de serviço, que será substituída pelo tempo de contribuição.

As mudanças na Previdência encontraram resistências de todo tipo entre as frações burguesas. Os interesses mais variados, que iam desde motivações eleitorais até o parasitismo de setores oligarcas dependentes do orçamento previdenciário, dificultavam o acordo. A intervenção de Vicentinho colaborou para agrupar a maior parte dos bandos capitalistas por trás de um projeto formulado a partir da negociação com a direção burocrática sindical. Para o governo e a burguesia, a grande vantagem de um acordo com os pelegos é a anulação das organizações de massa como instrumentos de resistência operária e popular.

A resistência de alguns setores da CUT à traição de Vicentinho foi minoritária. A Articulação, corrente majoritária no PT e na CUT, conseguiu aprovar o apoio às negociações de cúpula com o governo. A encenação da direção do PT de se opor ao acordo mostrou-se formal, porque foi o mesmo PT que garantiu a aprovação na CUT da traição de Vicentinho.

Com a CUT amarrada pelo acordo com Vicentinho, apoiado na votação petista de sua direção nacional, o governo antecipou como ganha a parada no Congresso. Quando foi se aproximando a data da votação, na ponta do lápis se percebeu que não seria possível a aprovação do projeto. Vicentinho manobrou espertamente, rompeu com o relatório apresentado na véspera da votação. Alegou que o relatório mantinha os privilégios dos congressistas, e por isso passou a defender a rejeição do texto. Com a

votação terminada, Vicentinho voltou a defender a negociação com o governo, e a incorporação de mais "segmentos da sociedade civil", como outros partidos, a OAB, ABI etc.

É bem possível que o governo consiga aprovar a reforma da Previdência numa segunda votação. Os 20 votos que faltaram podem ser barganhados sem muita dificuldade. O problema é como reapresentar o projeto de tal forma que obtenha a menor rejeição possível. O governo e seus parlamentares aliados têm feito propaganda dizendo que a mudança da Previdência é necessária para acabar com privilégios e para dar condições ao governo de manter o pagamento dos benefícios no futuro. Ao mesmo tempo, ajusta o projeto, tornando-o ainda agressivo contra a aposentadoria pública.

A verdade, porém, é que a reforma da Previdência, assim como a reforma fiscal, tributária, administrativa, educacional etc. têm todas o mesmo objetivo. É mentira que o governo gaste dinheiro demais com os serviços públicos. A maior parte do orçamento público é destinada para sustentar o parasitismo financeiro, a especulação ao redor das dívidas interna e externa. Para os capitalistas, é necessário cortar gastos com Previdência, saúde, educação etc. para dar condições aos governos de sustentarem o gigantesco parasitismo financeiro. A reforma da Previdência vem nesse mesmo sentido. O objetivo final do governo é acabar totalmente com a Previdência pública no futuro e transformá-la em privada. Não pode fazer isso de uma só vez, por isso tem de negociar com os grupos capitalistas e com as direções sindicais corrompidas o ritmo e a forma de fazê-lo.

As novas alterações no projeto são concessões aos grupos de Previdência privada. A eliminação do teto de 10 salários mínimos e a delegação para que isso seja determinado posteriormente permite negociar mais votos no Congresso e dar ao governo a possibilidade de fixar um teto de por exemplo 3 salários mínimos. Isso faria com que

uma grande parte dos assalariados fosse buscar na Previdência privada a aposentadoria com salários equivalentes aos atuais. Trata-se de mais um mecanismo de privatização da Previdência.

As massas se opõem ao fim da aposentadoria por tempo de serviço e outras mudanças na Previdência. Há plenas condições para se organizar a luta nacional de massa contra os ataques à Previdência e aos direitos trabalhistas. O grande problema é que a CUT e as organizações de massa estão paralisadas pela ação traidora e vendilhona das direções burocráticas e corrompidas. Trata-se de fazer uma campanha de denúncia dessas direções e a defesa da convocação dos organismos de base (assembleias, plenárias etc.) para que as massas possam decidir por uma luta nacional de massa contra as reformas antinacionais e antipopulares de FHC. Qualquer vacilação no sentido de travar essa luta com todo empenho leva à cumplicidade com a traição da burocracia sindical corrompida. Chamamos as correntes de esquerda a formarem uma frente única para combater a conciliação de classes traidora de Vicentinho e companhia, e defender a luta nacional de massa para por abaixo o plano neoliberal de FHC.

Nacional





# Campanha do POR contra a reforma reacionária da Previdência

## Fortaleza

Na greve de dois dias dos Servidores Federais, os militantes do POR participaram defendendo a derrubada integral do Plano antipopular e antinacional de Fernando Henrique Cardoso. Ficou evidente que uma greve de dois dias e isolada não poderia colocar contra a parede a política pró-imperialista do PSDB, PFL e PMDB. A colaboração da direção da CUT golpeou profundamente as possibilidades de um movimento unitário das massas oprimidas. A manobra de Vicentinho de se "retirar" do acordo não passou de mera formalidade. Contra isso, o POR levantou no interior do movimento a defesa da greve geral por tempo indeterminado.

No ato do dia 14, o orador do partido fez a denúncia da traição da burocracia sindical. Por essa razão, na finalização do ato o PT e o PCdoB impediram o orador do POR de expressar sua posição. Foi uma atitude de punição pelo fato de anteriormente ter feito a denúncia de Vicentinho.

### Primeiros passos para a constituição do comitê contra a opressão social e política

Por iniciativa do POR, realizou-se uma primeira reunião para a constituição de um comitê permanente de combate à repressão governamental e patronal e de apoio ativo às lutas dos trabalhadores. Diariamente, a burguesia tem atacado violentamente os movimentos, a exemplo do massacre de Corumbiara, prisões de lideranças de sem-terra, assassinatos de lutadores agrários e inter-

venção policial nas greves. Temos constatado que a tendência é de agravamento da luta de classes, que obriga o governo a se tornar cada vez mais totalitário.

A constituição dos comitês é um instrumento de defesa dos trabalhadores contra a violência reacionária da burguesia. Nessa primeira reunião, se constituiu uma comissão pró-comitê, na qual tem importância a presença de dirigentes sindicais do Sindisef. Trata-se agora de ampliar a campanha por esse organismo frentista de base. Convocamos todas as correntes que se reivindicam da classe operária e ativistas do movimento sindical e popular a se colocarem firmemente pelo Comitê.

## Natal

A regional de Natal interveio no ato do 8 de março. A direção regional informa que o Jornal Massas despertou muito interesse nos participantes, que permitiu uma boa divulgação. Ocorre que a imprensa do POR reflete uma fiel e rígida política marxista-leninista-trotskista. Sua militância está orientada a atuar no seio dos oprimidos com o programa da revolução proletária e com uma linha política que avance a luta organizada das massas contra o governo antinacional e antipopular, contra a exploração capitalista e contra a opressão nacional.

A partir das reivindicações elementares, por onde começa a luta instintiva dos trabalhadores, o objetivo do partido é elevar o movimento dos oprimidos, sob a direção da classe operária, à luta pela conquista do poder do Estado, destruição do domínio político da burguesia, expropriação da propriedade privada dos meios de produção, liquidação da opressão latifundiária sobre os camponeses e construção da sociedade socialista.

Os militantes poristas de Natal dão continuidade ao abaixo-assinado dirigido à CUT para que rompa com o acordo da Previdência e se coloque pela convocação de uma plenária extraordinária e assembleias sindicais. O abaixo-assinado tem sido muito bem recebido pelos trabalhadores e estudantes, que o utilizam para expressar sua oposição à traição da burocracia.

## Paraná

O POR em Londrina (PR) também tem feito a campanha com o abaixo-

assinado, encontrando grande receptividade. Ela tem se desenvolvido entre professores e estudantes. A construção do partido em todos os estados do Brasil é fundamental para transformar nossa Tendência política em um verdadeiro partido de abrangência nacional. Para isso é fundamental o trabalho sistemático no interior dos movimentos.

## São Paulo

O POR interveio no ato convocado pelas esquerdas contra o acordo da CUT com o governo. Divulgou um panfleto defendendo o método da ação direta, a unificação dos trabalhadores contra o governo reacionário e levantando a bandeira de abaixo o Plano de fome, miséria e entreguismo de Fernando Henrique Cardoso. Incluiu na campanha a denúncia do acordo de "flexibilização" dos direitos trabalhistas, realizado pelo sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Um cartaz com os dizeres: "Patrões e burocracia sindical, tirem as mãos de nossos direitos trabalhistas".

No ato do dia 8 de março, dia internacional da mulher, o POR divulgou um boletim sobre a opressão capitalista e suas conseqüências sobre a vida dos trabalhadores, particularmente das mulheres.

### O POR faz campanha por um Tribunal Popular contra a corrupção no Estado e contra o favorecimento do governo aos banqueiros

Novos escândalos têm vindo à tona com a quebra do Banco Nacional e do Econômico. A CPI do Sarney já nasceu morta e como qualquer CPI só serve para acobertar a raiz da corrupção e para os partidos burgueses se degladiarem em torno do domínio do Estado. A corrupção é própria do Estado capitalista. E não serão os burgueses que a extirparão.

Somente a classe operária e demais oprimidos, sobre os quais recaem toda a crise capitalista e a própria corrupção, poderão destruir a fonte de toda mazela, que é o sistema de exploração do trabalho e seu regime político. Os Tribunais Populares são os instrumentos capazes de apurar e punir o governo corrupto e seus partidos. Trata-se de defender sua constituição junto ao movimento dos trabalhadores, em oposição à farsa da CPI.



# CPI naufraga, mas evidencia crise bancária e do regime

O presidente do Senado José Sarney impulsionou o pedido de formar uma CPI do sistema financeiro. A CPI teria como objetivo a apuração das irregularidades no sistema bancário, que ficaram evidentes com a publicação de balanços falsos, armação de empréstimos fajutos para cobrir desfalques, desvio de dinheiro público para manter bancos quebrados,



cumplicidade do Banco Central com as manipulações dos bancos etc.

As CPIs são instrumentos da democracia burguesa criados para apresentar às massas a mentira de que a burguesia apura os crimes de corrupção cometidos pelos governantes, parlamentares e capitalistas em geral. Na esmagadora maioria das vezes, as CPIs não são nem mesmo instaladas, não chegam nem a funcionar pelo boicote dos próprios partidos burgueses. Raramente funcionam, e, quando o fazem, agem justamente para não apurar nada, para dar atestados de inocência aos culpados.

A CPI dos bancos não foi criada, porém, para dar atestado de inocência ao Banco Central e ao governo por socorrerem o banco Nacional da nora de FHC com 5 bilhões de reais, dinheiro que daria para sustentar os hospitais do país por um ano. Pretendeu-se atacar o governo, seja com objetivos eleitorais (PT e aliados), seja com o objetivo de barganhar (Sarney e aliados). O PMDB e o PFL reivindicam de FHC mais poder no interior do governo, em detrimento do PSDB. Trata-se da velha luta entre as oligarquias regionais.

A possibilidade concreta de ins-

talação da CPI depende em última instância da ação de Sarney, como presidente do Senado e do Congresso. Depois de muito bate-boca, FHC cedeu e acertou benefícios ao Maranhão de Sarney e ao PPR de Maluf. Com isso, a CPI deve ser engavetada.

A proposta da CPI dos bancos

mostrou o agravamento da crise interburguesa. O governo, derrotado na votação da Previdência e sob a ameaça de uma CPI, mostrou-se paralisado e impotente para fazer avançar as reformas neoliberais impostas pelo imperialismo. De imediato, a crise se desdobrou na economia, com a fuga de dólares para o exterior.

A crise do governo traz à tona a crise do regime, a incapacidade da burguesia utilizar a democracia burguesa para resolver suas disputas e encaminhar a crise econômica. Apesar da crise, diferentemente de Collor, o atual governo conta com apoio sólido do imperialismo e o não há alternativas em evidência para uma derrocada sua por intermédio da própria política burguesa.

A tremenda divisão interburguesa abre caminho para as massas golpearem o governo e a burguesia. O obstáculo é o bloqueio e o desarme imposto pelas direções das organizações sindicais e populares à luta unitária das massas.

A corrupção burguesa sempre está presente, mas só aparece durante as crises como instrumento de barganha entre os bandos capitalistas. A burguesia jamais julgará a si própria por seus crimes. O reformismo é incapaz de apontar uma

via de combate das massas contra a corrupção burguesa, que em última instância é o desvio de mais-valia extraída dos assalariados, porque a luta das massas poderia se colocar pela destruição da democracia burguesa e do capitalismo, tão caros aos conciliadores de classe.

A defesa dos Tribunais Populares, instrumentos das massas em luta contra a burguesia e seu estado, que é uma reivindicação democrática, é abandonada por todas as correntes porque coloca a possibilidade da guerra de classes. O POR defende os Tribunais Populares para ajudar as massas a compreenderem a necessidade de julgar e varrer com a burguesia e acabar com o capitalismo.

Quanto à crise bancária, defendemos a estatização de todo sistema bancário, sob controle dos trabalhadores. O sistema financeiro é a forma dos parasitas capitalistas elevarem a transferência de mais-valia a pontos inimagináveis (e até artificiais). O câncer da especulação financeira deve ser extirpado e somente os assalariados podem fazê-lo, tomando os bancos em suas mãos e rompendo com o parasitismo capitalista.

Nacional



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



# Lutemos contra o fim dos direitos trabalhistas!

## Os acordos da Força Sindical aumentarão o desemprego

Os acordos do pelego Paulinho com empresas metalúrgicas de São Paulo para instituir o trabalho temporário são exatamente o contrário do que ele diz serem: ao invés de aumentarem as contratações, vão aumentar o desemprego.

Os empresários e o pelego Paulinho dizem que os salários têm um custo muito alto, por causa dos encargos trabalhistas. Dizem que se os patrões não tivessem que pagar encargos, poderiam contratar mais gente. Concluem assim que a eliminação dos encargos trabalhistas daria condições aos empresários de contratarem mais gente e que é melhor para o desempregado ter um emprego com salário baixo e sem direitos trabalhistas do que não ter emprego nenhum.

Tudo isso é mentira. Conforme mostramos no *Massas* nº 105, o custo dos salários no Brasil, contando todos os encargos, é várias vezes menor que em países desenvolvidos, modelos para Paulinho e para os capitalistas brasileiros. Se no Brasil o custo é de R\$ 2,71 por hora em média, na Alemanha é de mais de R\$ 21,00, nos Estados Unidos é de R\$ 14,00 e no Japão, de R\$ 12,00.

Também é mentira que as empresas contratam mais gente se não pagarem encargos. Na França, há

dois anos atrás, se cortaram encargos sociais e o custo da contratação baixou. Mas os empresários não contrataram mais gente. O que aconteceu é que os capitalistas puderam economizar gastos com salários e aumentaram seus lucros em 20%. É o que vai acontecer no Brasil, se Paulinho e as empresas metalúrgicas conseguirem efetivar os acordos de contratação temporária.

Os economistas burgueses, os capitalistas e os pelegos vendidos se fizeram de tontos e "esqueceram" que a contratação depende da produção e esta depende do mercado. O capitalismo atravessa mundialmente uma crise de superprodução, ou seja, desenvolveu enorme capacidade produtiva mas não tem para quem vender. A tendência geral recessiva é estimulada pelos planos econômicos neoliberais, que concentram mercados e capitais nas mãos das multinacionais e do capital financeiro internacional. No Brasil, atravessamos um momento recessivo, que está quebrando a produção e agravando a crise bancária pela insolvência das empresas. Ao mesmo tempo, as fábricas têm agido para aumentar a exploração da mão-de-obra com a aplicação da robotização e informatização, e aumento do ritmo de trabalho. Com isso, as empresas têm mantido a produção (e até crescido um pouco) com menos trabalhadores. Com o mercado estrangulado e utilizando da superexploração, qual o capitalista que contratará mais funcionários do que necessita, mesmo que com salários mais baixos? Contratar mais gente para fazer o quê?

A verdade é que só os capitalistas ganharão com o fim dos encargos e direitos trabalhistas. Gastarão menos com salários e poderão contratar e demitir à vontade, sem nenhum compromisso, de acordo com as flutuações de produção e das necessidades do mercado. Com o tempo, substituirão os empregados registrados pelos temporários. O acordo de Paulinho abre caminho para extinguir no futuro

com os encargos e direitos trabalhistas totalmente.

A maneira de defender o emprego e o salário é o caminho oposto ao traçado por Paulinho. Como o mercado e a produção estão estagnados e a aplicação da tecnologia à produção requer menos horas trabalhadas, temos que lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Temos que lutar para dividir o trabalho disponível entre todos. E não podemos aceitar a redução dos salários. Temos que exigir que o trabalho assalariado permita viver com dignidade. Para isso, é preciso o salário mínimo real de 1200 reais, que garanta a sobrevivência do trabalhador e sua família.

Os capitalistas, que superexploram o assalariado brasileiro pagando de 4 a 7 vezes menos que os capitalistas dos países desenvolvidos (imperialistas), se negarão a conceder a redução da jornada e o salário mínimo real dizendo que isso os quebraria. Por isso, para conquistar esses direitos elementares de sobrevivência num regime de semi-escravidão como é o capitalismo, é preciso muita luta contra os capitalistas. Não será através de conchavos ou de pressão sobre o parlamento controlado por esses mesmos capitalistas que iremos conseguí-los. A força necessária para isso é a unidade nacional das massas contra os patrões, o governo e o imperialismo parasita. Reivindicamos da CUT, dos sindicatos e organizações populares que se coloquem pela organização da luta nacional de massa pelo salário mínimo real e pela redução da jornada de trabalho para seis horas sem redução dos salários.

Trata-se de uma luta que leva as massas a se confrontarem de conjunto contra o capitalismo, e aponta para a destruição do regime de exploração do trabalho através da revolução e da ditadura proletárias.





# Movimento do sem-terra do Pará mostra o caminho a ser seguido

Os camponeses ocupantes da Fazenda Formosa, em Curionópolis, Pará, se armaram com espingardas, revólveres e outras armas elementares como meio de auto-defesa do movimento contra os latifundiários, que contrataram uma centena de capangas e que contam com o apoio da polícia. Todo o acampamento é vigiado e protegido por uma milícia. A ocupação conta com a presença de nada mais e nada menos do que 3000 famílias de camponeses, ou seja, mais de 10 mil pessoas.

A imprensa burguesa deu a maior publicidade, mostrando a organização da milícia e propagandeando o perigo que ela representa para os capitalistas. É clara a intenção de exortar o governo a reprimir os sem-terra do Pará. Lembra a guerrilha do Araguaia e os Zapatistas do México.

A primeira atitude das autoridades governamentais está sendo a de desarmar os ocupantes através da via da negociação de um assentamento, na Fazenda Macaxeira. De um lado, os latifundiários pressionam para que o INCRA não faça nenhuma concessão sem que os camponeses desocupem a Fazenda Formosa. De outro, o governo através do INCRA se utiliza de tais pressões para exigir que os sem-terra aceitem a promessa de transferência.

Os ocupantes responderam que não aceitarão desmanchar os barracos sem antes ter a nova terra prometida sob seu controle. O fundamental é os camponeses não permitirem o desarmamento da milícia e nenhuma manobra que desorganize a luta pela terra. A auto-defesa montada, ainda que elementar, é um caminho a ser seguido por todo movimento dos sem-terra e demais trabalhadores.

O estado capitalista usa de seu poder de repressão, a exemplo da chacina de Corumbiara, para destruir a organização e as conquistas dos oprimidos. A auto-defesa é a resposta legítima colocada pela luta de classes. É importante que a classe operária apóie totalmente os camponeses do Pará.

## A libertação dos líderes do Pontal

O Supremo Tribunal de Justiça decidiu libertar Diolinda e os demais líderes do movimento dos sem-terra, presos há 48 dias. A decisão foi o resultado das pressões sociais e políticas. Os advogados e a cúpula parlamentar reformista do PT pretenderam dar ao fato um conteúdo completamente estranho aos reais acontecimentos. Por exemplo, Luiz Eduardo



Greenhalgh declarou que a decisão do Supremo "legitima o movimento dos sem-terra". Ao mesmo tempo, disse que "os Ministros defenderam a reforma agrária porque ela é um direito previsto na Constituição".

Está aí uma propaganda reacionária, que se utiliza da prisão e soltura dos líderes para louvar um dos braços repressivos do Estado capitalista, que é a Justiça. A prisão e soltura são manobras feitas no interior do aparato do Estado, cujo objetivo é o de desorganizar o movimento dos sem-terra. De forma alguma, os camponeses necessitam que a Justiça, o governo ou o Parlamento legitimem a reforma agrária. Também não necessitam da Constituição burguesa, que tem por fundamento a defesa jurídica da propriedade privada dos meios de produção e do exercício da ditadura de classe da burguesia como guardião dessa propriedade.

A reforma agrária só poderá ocorrer através de um amplo movimento de ocupação e expropriação geral dos latifúndios. O que significa se chocar contra o Estado, a Justiça e o Parlamento. O movimento dos sem-terra deve rechaçar a propaganda burguesa de seus aparentes defensores, como o caso do demagogo Greenhalgh. Também deve se colocar contra as pressões voltadas a fazer retroceder as ocupações no Pontal.

Viva a libertação dos líderes dos sem-terra pelos próprios trabalhadores!

## José Rainha não tem razão

Ainda na clandestinidade, o líder máximo das ocupações de terra do Pontal deu uma entrevista à CBN, cujo conteúdo é oposto a uma política revolucionária. Ou seja, contrária a uma política capaz de conduzir os sem-terra à luta consequente contra os latifundiários e o Estado. Duas respostas comprovam essa nossa crítica.

A primeira é a de que o governador Covas é um aliado dos sem-terra. Nesse ponto, José Rainha procurou isentá-lo do não cumprimento dos acordos e da res-

pensabilidade das prisões ocorridas no Pontal. Não há nada mais falso. Covas governa como qualquer capitalista contra a vida das massas. E seu governo se caracteriza por implantar a linha pró-imperialista e antipopular do governo FHC. Dizer que é um aliado é o mesmo que dizer que a burguesia é aliada dos camponeses.

A segunda resposta referiu-se ao problema da reforma agrária. José Rainha disse que não pretende nenhuma revolução. Que a reforma agrária é apenas uma medida capitalista em favor dos camponeses. Com isso, o líder do Pontal desconsiderou que a medida democrática de reforma agrária não pode ser cumprida no interior do capitalismo e pela própria burguesia. Nessa resposta, José Rainha revelou o que se passa na consciência da maioria dos líderes dos sem-terra. Pretendem reformar o capitalismo e acomodar os camponeses revoltados com a expulsão do campo. O que quer dizer resolver o problema através de assentamentos que não tocam no essencial do domínio latifundiário. Essa linha é do reformismo petista e da Igreja.

Nós dizemos que tal caminho não leva à reforma agrária, que significa expropriar o latifúndio e entregar as terras aos milhões de camponeses. Somente no bojo da revolução proletária os camponeses poderão encontrar a verdadeira solução para o problema da terra. Nesse sentido, as ocupações podem se tornar uma alavanca para se constituir a aliança operária e camponesa, caso se voltem contra o domínio burguês sobre a terra. Caso contrário, como concebem os líderes reformistas, o movimento camponês será derrotado e se esgotará nos limites do capitalismo putrefato.

Nacional



# Encontro de Sindicalistas em Belo Horizonte

No dia 10 de março, ocorreu em Belo Horizonte um Encontro Nacional de sindicalistas, apresentado com o objetivo de rechaçar a política traidora desenvolvida pela Articulação, corrente majoritária que dirige a CUT.

Os principais pontos debatidos foram:

1) A crise do Plano Real e do governo FHC, diante da crise do sistema financeiro, da corrupção, da CPI dos bancos e da derrota parlamentar do governo na votação da reforma da Previdência; 2) O papel das burocracias sindicais, direitista de Medeiros com seu acordo da flexibilização da jornada de trabalho, bem como da reformista traidora, que tem contido os movimentos e servido de sustentáculo ao governo neoliberal em crise; 3) A necessidade de formar um bloco oposicionista no interior da CUT, que se construa como direção alternativa à conciliação de classes; 4) Necessidade de impulsionar os movimentos grevistas e a ação direta das massas, visando a unificação e a preparação da greve geral, apoiando as greves dos professores de MG, dos servidores e outras; 5) Impulsionar a luta contra as reformas neoliberais, desenvolvendo a campanha em defesa da Previdência, do salário, do emprego, de terra aos camponeses, pela libertação de Diolinda e dos demais líderes.

O POR participou desse encontro com um documento que aponta as bases para a formação efetiva de uma frente de luta que tenha como eixo principal impulsionar a ação direta das massas, única via capaz de barrar a ofensiva neoliberal. No entanto, a rejeição das correntes de esquerda às consignas de Frente Revolucionária Antiim-

perialista e dos Tribunais Populares mostrou de antemão o caráter economicista, conjuntural e mesmo eleitoralista, que se pretende imprimir a tal frente. Um bloco formado ao redor de bandeiras genéricas e puramente sindicalistas torna inconsistente o objetivo frentista de combate à ofensiva da política pró-imperialista do governo e de rechaço à colaboração da burocracia sindical. Nas condições concretas, não cabe outra frente senão a Frente Revolucionária Antiimperialista, que se caracteriza por unir a maioria nacional oprimida em torno do proletariado, tendo por base um programa revolucionário.

Ocorre que avizinham-se as eleições municipais e as correntes de esquerda, tendo à frente o PSTU, já levantaram a bandeira de frente eleitoral de esquerda. Não devemos desconhecer que o Encontro de Belo Horizonte se deu sob a orientação dessa política. A rejeição de constituir a Frente Revolucionária Antiimperialista, como propôs o POR, é a demonstração de que predominou o formalismo frentista e a orientação para a futura frente eleitoral. Eis porque temos uma atitude extremamente crítica a tal frentismo, que certamente não a utilizamos como obstáculo para a defesa da constituição da tática frentista.

Reproduzimos o documento apresentado pelo POR na Reunião nacional de Dirigentes e Ativistas Sindicais de oposição no campo da CUT, realizada no dia 10 de março em Belo Horizonte.

## À Reunião Nacional de Dirigentes e Ativistas Sindicais do campo da CUT

Companheiros, apresentamos alguns pontos que consideramos essenciais para essa plenária, convocada com o objetivo de estabelecer uma linha contrária à política de conciliação de classe da direção da CUT e de combate ao Plano neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Estamos de acordo com esses objetivos. O problema é saber se a reunião se colocará de fato por uma resposta revolucionária. Para isso, é necessário que se aprove pontos programáticos de claro conteúdo antiimperialista e anticapitalista. Pontos esses que conduzam à organização e luta de movimentos de base.

1. A situação política está marcada pela tremenda ofensiva antinacional e antipopular do governo FHC e pela capitulação da direção majoritária da CUT frente aos interesses do grande capital. Faz parte dessa capitulação a política do PT de apoiar os denominados pontos positivos da ação governamental. Juntamente com a direita

sindical (Força Sindical), os reformistas têm se constituído num muro de contenção das lutas e golpeado a unidade da classe operária e demais oprimidos.

O governo pró-imperialista tem levado adiante as medidas de entreguismo privatizante, de abertura das fronteiras nacionais, de reforma da Previdência etc devido ao estrangulamento da CUT e do conjunto sindical pela política de sujeição da burocracia. Mas, sem dúvida, as correntes de esquerda também têm sua responsabilidade desde o momento que participaram ou apoiaram indiretamente a Frente Popular, articulada pelo reformismo petista e estalinista. Esse fato tem contribuído para desorganizar e imobilizar a vanguarda, que se choca com o reformismo traidor e com os ataques do governo. Basta ver que essa reunião ocorre tardiamente e corre o risco de estar condicionada a cálculos eleitorais.

Sem essa clareza crítica não podemos estruturar uma frente única de resposta à ofensiva aos Planos imperialistas e ao estrangulamento da CUT pela política de colaboração de classe. Com isso, queremos dizer que essa reunião se dá no interior de uma situação política, que exige respostas estratégicas e uma ação tática correspondente. Trata-se de se aprovar uma posição de derrubada integral do Plano antinacional e antipopular de FHC, de defesa da vida das massas e da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

2. Os últimos acontecimentos, como a votação negativa no Congresso ao Projeto da Previdência e a convocação da CPI dos bancos, mostram que há uma tremenda crise política instalada no seio do governo. A divisão interburguesa se aprofunda justamente porque as medidas pró-imperialistas de FHC começam a se manifestar na forma de desagregação da base econômica e no agravamento da falência financeira do Estado.

Nessas condições, o reformismo atua no sentido da defesa da estabilidade da democracia burguesa. Isso quer dizer na defesa do Estado e do sistema capitalista. O acordo da Previdência foi feito nesse sentido, bem como toda concessão à desestatização, à política salarial de congelamento anual, de manutenção do salário mínimo de fome e ao consentimento ao desemprego em massa, que avança aceleradamente. Vemos que quanto mais a crise política da burguesia se agudiza e mais favorável se torna a situação para as massas se unificarem num só movimento antiimperialista e anticapitalista, mais abertamente o reformismo e a direita sindical trabalham





pela estabilidade, sacrificando as reivindicações mais elementares como salário e emprego. A bandeira da burocracia corrompida é a de evitar qualquer luta de massa que se confronte com o governo e o Parlamento reacionário.

No plano econômico-social, a burocracia traidora se coloca a favor da chamada flexibilização do trabalho, que implica em destruir as proteções trabalhistas elementares. Serve de correa de transmissão de medidas que rebaixam os salários e facilitam as demissões. Eis porque estão de acordo em fazer "reformas" protetoras dos interesses capitalistas, como a da Previdência. No plano político, submetem os organismos das massas ao Congresso, que é um instrumento de dominação burguesa e um antro de corruptos. E alimentam as ilusões entre os trabalhadores que a saída está na constituição de um governo frentepopulista saído das eleições.

É importante que essa reunião rechace sem atenuantes essa política de traição. Para isso, deve aprovar um plano de luta em que conste as reivindicações básicas, como o salário mínimo vital, a escala móvel de reajustes e de trabalho, a redução da jornada para 6 horas (sem redução salarial), as bandeiras antiimperialistas de derrubada integral do Plano FHC, as reivindicações dos camponeses como a expropriação geral dos latifúndios e reforma agrária e as tarefas anticapitalistas de expropriação revolucionária do grande capital, através de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

3. Os ataques do governo à vida das massas e a exposição da tremenda corrupção no interior do Estado vêm gestando um grande descontentamento entre os trabalhadores. Inúmeras manifestações de resistência têm ocorrido. Entre elas, se destacou a greve nacional dos petroleiros, derrotada pela política de colaboração da cúpula do PT/CUT. E também a projeção do movimento de ocupação de terras pelos camponeses. O que quer dizer que as tendências de luta estão presentes e se direcionam para o choque aberto de classe contra classe.

A tarefa consiste em intervir nelas com o plano de luta e com o método da ação direta (greves, ocupações, manifestações etc). O objetivo a ser aprovado nessa reunião deve ser o de unificar o conjunto dos trabalhadores em torno dessa plataforma contra a burguesia e seu governo. Para isso, é necessário que as correntes e ativistas do movimento sindical trabalhem de maneira coesa e sistemática no interior dos movimentos, defendendo a plataforma revolucionária. Isso implica que se constituam comitês unitários em todo lugar em que estejamos presentes.

Através deles é possível intervir organizadamente e de forma frentista nos acontecimentos políticos e sociais, tendo por base a plataforma de luta. Através deles se aplica o método da ação direta no trabalho de base e se facilita a defesa da unificação nacional dos trabalhadores a partir dos sindicatos, movimentos populares e camponeses. Sem uma organização frentista de base, não tem como se concretizar as deliberações dessa reunião. É claro que os comitês de base devem ser centralizados por um comitê nacional, eleito diretamente.

4. Alguns tarefas essenciais para a situação

a) Responder à ofensiva do imperialismo e ao Plano neoliberal do governo construindo uma Frente Revolucionária Antiimperialista. Não se trata de resolver essa tarefa por decreto. O caminho começa por se desenvolver a luta antiimperialista e anticapitalista em torno da plataforma proposta. A constituição de comitês de base no interior dos movimentos é a uma via de concretização embrionária da Frente Antiimperialista, que tem por objetivo unir a nação oprimida, sob a direção da classe operária, contra a burguesia imperialista e a nacional entreguista.

b) Responder à ofensiva de desemprego e fome. Tomar como ponto de partida da campanha de luta a defesa do salário mínimo vital, reajustes automáticos, reposição integral das perdas, escala móvel das horas de trabalho, moradia, saúde e educação a todos. Denunciar implacavelmente a traição da direção sindical, que aplica a chamada flexibilização do trabalho. Em contraposição, defender a unidade de empregados e desempregados e a ocupação dos locais de trabalho contra as demissões.

c) Responder à ofensiva do governo e dos latifundiários contra os sem-terra. Defender as ocupações e a entrega das terras aos camponeses. Rechazar a política reformista de assentamentos. Colocar-se pela expropriação geral dos latifúndios através da via revolucionária. Responder à violência reacionária do governo e dos latifundiários através dos comitês de auto-defesa. Realizar uma ampla campanha pela libertação dos camponeses presos e apuração dos crimes, como o de Corumbiara. Colocar-se pela constituição da aliança operária e camponesa contra os capitalistas e latifundiários, base para se lutar por um governo operário e camponês.

d) Responder à corrupção governamental, sindical e a todos os crimes da burguesia através da constituição dos Tribunais Populares. Denunciar a farsa das CPIs, mostrando que os criminosos não podem investigar e punir outros criminosos. Mostrar que só o proletariado e demais oprimidos podem apurar, julgar

e punir os crimes da burguesia. Para isso, necessitam criar seus próprios organismos, como os Tribunais Populares.

e) Responder à ofensiva de repressão do Estado burguês e aos métodos fascizantes da burguesia putrefata através do método da ação direta, da auto-defesa e da constituição de comitês contra a opressão social e política.

f) Defender a independência da CUT e dos sindicatos em relação ao Estado burguês, a implantação da democracia operária materializada na soberania das assembleias, a estruturação de uma organização de base, através das comissões de fábrica, e trabalhar pela destruição da burocracia corrompida. Aplicar a tática da frente única sindical, que significa a unidade na luta. Rechazar a ofensiva do governo contra a unidade sindical dos trabalhadores. Ou seja, rechazar a legislação burguesa que controla a vida dos sindicatos e impõe a sua atomização. Nada de sindicato por fábrica.

g) Responder à ofensiva do imperialismo em todo mundo defendendo a unidade mundial do proletariado e as conquistas históricas da Revolução Socialista. Contra a restauração capitalista e pela revolução política que restabeleça a ditadura do proletariado e sua democracia correspondente. Defesa de Cuba contra os ataques do imperialismo. Defesa da auto-determinação dos povos na guerra civil da Iugoslávia e expulsão do imperialismo. Defesa material e política da revolução boliviana, país latino-americano em que as lutas contra o Estado avançam a passos largos e em que está presente o Partido Operário Revolucionário (POR), de longa tradição marxista-leninista-trotskista entre as massas. E que por isso mesmo está fisicamente ameaçado pelo imperialismo e pelo governo fascizante.

Movimento Operário



## Somente os trabalhadores podem legislar sobre os sindicatos

O governo federal, juntamente com a burocracia sindical, pretende modificar a legislação, que assegura a denominada unicidade sindical. Segundo seus proponentes, a nova regulamentação extinguirá o critério de sindicatos por categoria e tornará permissível a criação de quantos sindicatos se quiser. A intenção dos legisladores burgueses é de se constituir sindicatos por fábrica. Por exemplo, numa categoria como a metalúrgica do ABC, poderiam ser criados paralelamente ao sindicato metalúrgico outros sindicatos, inclusive por fábrica.

O objetivo do governo e dos capitalistas é claro: pretende-se dividir ainda mais a classe operária, estilhaçando os sindicatos. Os exploradores sabem que quanto mais pulverizada for as organizações operárias, menor será a força da classe operária perante o patronato, organizado, centralizado e unido em torno do Estado burguês. A burocracia sindical, em nome da liberdade e autonomia sindicais, se diz de acordo com a meta governamental.

O *Partido Operário Revolucionário* se coloca totalmente contra qualquer regulamentação dos sindicatos pelo Estado, este nada mais é senão um instrumento da classe capitalista. A única exigência que fazemos é que sejam assegurados os direitos democráticos, como o direito irrestrito de greve, o direito de armamento dos sindicatos para a auto-defesa, o direito de organização nas fábricas sem nenhuma perseguição, enfim a total liberdade política e sindical dos trabalhadores em luta contra a exploração do trabalho.

Além desses direitos, a classe operária não deve admitir nenhuma legislação que permita a intervenção do Estado nos sindicatos e na vida política dos trabalhadores. Trata-se isso sim de defender a total independência dos sindicatos perante o Estado, os partidos burgueses e qualquer outra organização patronal.

Através das assembléias soberanas, que quer dizer livres do controle do Estado, da burguesia e da burocracia, é que os trabalhadores legislarão sobre o funcionamento dos sindicatos. Isto é, farão os sindicatos funcionarem como instrumento independente e de luta de classes.

Isso diz respeito também à forma de sustentação financeira dos sindicatos. A regulamentação estatal, como o imposto sindical, é um meio do governo controlar os sindicatos e de constituir uma vasta camarilha de sindicalistas corrompidos. Vemos que os ricos sindicatos, a exemplo de metalúrgicos, bancários etc, foram transformados em aparelhos desvinculados do controle das bases assalariadas e utilizados pela burocracia como canal de penetração da política burguesa no seio do movimento dos trabalhadores.

Nossa posição não se limita a defender a extinção do imposto sindical. Lutamos para libertar completamente os sindicatos do Estado e da burocracia vendida. Para isso, o POR se apóia numa linha sindical em que a direção eleita deve estar sob o controle dos trabalhadores, de tal forma que haja a revogabilidade do mandato, que nenhum sindicalista receba mais do que o salário médio dos trabalhadores e que não perca o vínculo com o trabalho. A sustentação financeira deve ser fixada pela assembléia e deve ser espontaneamente contribuída pelos assalariados, através de sua filiação.

Porém sabemos que para implantar a independência e a democracia sindicais é necessário varrer a burocracia corrompida da direção dos organismos sindicais e constituir uma direção revolucionária, apoiada no programa da revolução e ditadura proletárias.

## Judiciários

### Punição a Juizes Não Passa de uma Farsa

Em publicação de 13/02/96, o Jornal o Estado de São Paulo veiculou a seguinte matéria: "A Comissão de Reforma do Judiciário estuda a possibilidade de se abrir processo de impeachment contra os juizes que cometam abuso de autoridade, em crimes como venda de sentença ..."

Tal proposta, além de ser uma farsa, tem o mesmo conteúdo daquela defendida pelo reformista José Genuíno (Deputado federal do PT), que sustenta a idéia da criação de "Comissões de Controle da Sociedade sobre o Judiciário".

Tudo isso não passa de um embuste para se continuar alimentando nas massas a falsa idéia da *imparcialidade* da Justiça burguesa.

A Justiça no Estado capitalista serve de garantia aos interesses da burguesia, contra os do proletariado.

A razão de ser do Estado capitalista está na existência da propriedade privada dos meios de produção, que opõe de forma inconciliável as duas classes fundamentais desse sistema: a burguesia e o proletariado.

Nesse quadro, o Poder Judiciário constitui-se em um dos fatores de grande importância na manutenção e defesa de tal regime. Sua tarefa é garantir a *paz social e a ordem*, ou seja o *status quo* da burguesia como classe parasitária e exploradora. De onde se conclui que as *leis capitalistas* nada mais são do que a vil imposição dos interesses da classe burguesa ao proletariado.

Assim, a corrupção e os desmandos dos Juizes são parte integrante do Judiciário, compõem a sua essência.

Não há como falar em justiça no capitalismo, quando se trata de impor a vontade e os interesses da minoria (burguesia exploradora), contra os interesses da maioria (proletariado e demais classes oprimidas).

Quem não se lembra da atuação desta *justiça* na greve dos petroleiros, as intervenções em seus sindicatos, a aplicação de multas, a repressão policial etc.

A recente decretação da prisão dos líderes do MST (Movimento dos Sem-Terra) do Pontal do Paranapanema (Diolinda, José Rainha e outros), pelo Juiz da Comarca de Sandovalina, é mais uma prova de como esta *Justiça* age sempre de acordo com a burguesia proprietária.

Não é por acaso que tais prisões e atos do Judiciário se dão sempre em nome da *manutenção da ordem pública e da paz social*. Trata-se de manter a ordem que garanta a propriedade privada da burguesia e a exploração do trabalho, portanto, sua dominação de classe sobre o proletariado.

Este é o verdadeiro papel do Judiciário no Estado capitalista e qualquer tentativa de *embelezar* ou *obscurer* sua essência, como pretendem os reformistas, não passa de um engodo, uma farsa que deve ser duramente combatida pela política revolucionária da classe operária.





## É Preciso Construir as CIPAS

A política neo-liberal de FHC trás em seu bojo um ataque descomunal às condições de vida da classe trabalhadora (desemprego em massa, reforma da previdência etc.). Entretanto, no setor do funcionalismo público em particular, tal política, além dos pontos citados, impõe a perda de conquistas históricas de conjunto. O fim da estabilidade, da aposentadoria especial etc., constituem-se nem verdadeiro golpe contra as condições de vida deste setor.

Enquanto não aprova a reforma administrativa, que permitirá a demissão em massa dos funcionários, o governo já trabalha no sentido de ir preparando terreno para isso. O salário, bem como as condições de trabalho, vem se deteriorando a cada dia que passa.

No judiciário a situação não é diferente. A maioria dos prédios, sobretudo na capital paulista, não oferecem a menor condição de trabalho.

Desde a falta de materiais básicos para o exercício da função, até casos de reformas nos prédios com os funcionários trabalhando no local. Recentemente o teto do setor de Execuções do Palácio Mauá desabou, obrigando os funcionários a trabalharem de capacete. O fórum João Mendes Jr. também passa por reformas, sem falar nos foros regionais onde acontecem desde inundações, até falta de para-raios, segurança contra incêndio etc. Tal quadro expõe os trabalhadores a riscos de saúde e de vida, pois trabalhamos em meio a fios de eletricidade, materiais de construção, excesso de poeira das obras etc.

Toda esta situação impõe já a luta pela construção de CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), tanto nos prédios centrais como nos regionais e nas comarcas do interior.

Tratam-se de organismos de base eleitos pelos trabalhadores, que além de lutarem contra as péssimas condições de trabalho, podem ser utilizadas também como comandos permanentes de mobilização das lutas da categoria. Sem dúvida nenhuma, a construção destes organismos servirá como importante elemento de propulsão pela reconstrução de um sindicato de luta, bem como organizar a classe contra a política de desemprego e fome imposta pelo neo-liberalismo.

## A Luta em Defesa da Educação no Bairro

Na escola Carlos Henrique Liberalli, durante a 1ª semana de aula foram feitas assembléias com pais, alunos, professores e funcionários. Esta assembléia tirou um plano de luta em defesa das condições de ensino, marcando uma passeata, onde foi convocada a imprensa, para denunciar a falta de carteiras, merenda, vagas e funcionários.

A passeata ocorreu no dia 04/03 indo até à escola Alcides Boscolo, e à Geraldino, no bairro, chamando alunos, funcionários e professores destas para engrossarem o movimento.

Ante do início da passeata foi realizada outra assembléia onde se formou um *Comitê em Defesa da Educação*, composto majoritariamente por pais que estavam dispostos a colocar a luta pela educação na rua.

### Os Ocorridos na Passeata

Quando chegamos a escola Alcides Boscolo, um representante dos professores da escola falou para os participantes da passeata que a escola não tem recursos e que o governo faz uma propaganda que engana a todos, que irá melhorar a educação, obrigando as escolas a comprar antenas parabólicas enquanto faltam materiais necessários: faltam carteiras, merendas etc.

No Geraldino, a direção da escola fechou os portões para não deixar a passeata entrar na escola, trancou os alunos, proibindo-os de sair e chamou a polícia. Mas os manifestantes não se intimidaram com a truculência, e tentaram entrar na escola. Esta mesma diretora comunicou à delegacia de ensino. O delegado de Ensino da 11ª Delegacia de Ensino buscou reprimir a escola que impulsionou o movimento, pressionando a direção.

A diretora do Alcides Boscolo preferiu ficar do lado do governo, tapando o sol com a peneira dizendo que em "sua" escola não existia nenhum problema, isto por medo de perder o emprego.

A comunidade prossegue com o movimento, realizou-se nova assembléia onde se tirou uma manifestação na Delegacia de Ensino.

A seguir transcrevemos um relato das alunas da Escola Henrique Liberalli sobre o movimento.

### O Ensino em Busca de Soluções

Na segunda feira dia 4 de março os alunos, pais, professores e funcionários da escola Henrique Liberalli fizeram uma passeata reivindicando melhorias para a nossa escola. Saíram da escola e foram para as outras escolas do bairro, no Boscolo tivemos ótimos resultados, mas não tivemos a mesma recepção no Geraldino, onde nenhum professor ou a direção saíram para apoiar nossa manifestação, preferiram se calar sobre a situação em que se encontram todas as escolas do bairro, como a falta de cadeiras, carteiras, inspetores de aluno, merenda, demissões de funcionários e nenhuma condição de um estudo digno.

As crianças do Liberalli estão comendo arroz com salsichas, sendo que na TV o governo afirma que haveria uma boa alimentação nas escolas no ano letivo de 96.

Mas não vamos ficar de braços cruzados, ver esta situação e ficar calados, faremos outras manifestações, chamaremos novamente a imprensa para mostrar o que os alunos estão passando.

Vários pais e alunos participaram da manifestação e deram sua opinião sobre o assunto, uma aluna da 7ª série cobrou mais incentivo do governo para se melhorar o ensino, um pai afirmou que é uma vergonha o que está acontecendo no ensino público, e que nunca imaginou que isto aconteceria na época em que vivemos com falta de verbas para educação, saúde etc.

Educação



# Seminário do Movimento de Oposição à diretoria da Apeoesp

Foi realizado, no dia 3 de março, o seminário do Movimento de Oposição. Contou com a participação de 81 professores. Entre eles militantes do POR, PSTU,

CO, Liga Comunista, Militante Socialista e Independentes. Como convidados estavam presentes a Força Socialista e militantes que haviam rompido com o movimento de oposição. Foram discutidos três pontos: 1) Conjuntura e as tarefas do movimento; 2) Campanha Salarial; 3) Eleições da Apeoesp.

No ponto conjuntura, foram destacados o acordo traidor de Vicentinho na Reforma da Previdência, as negociações em torno da "flexibilização" dos direitos trabalhistas, a repressão aos líderes do MST, política colaboracionista da direção majoritária da CUT e a ofensiva do governo de Fernando Henrique Cardoso sobre os trabalhadores. Em relação aos encaminhamentos, havia uma polêmica se se defenderíamos a convocação imediata de uma plenária de base da CUT/ Congresso extraordinário para rechaçar a conduta traidora da direção e aprovar um plano de luta para pôr abaixo as reformas antinacionais e antipopulares ou se defenderíamos a manutenção do calendário da CUT, ou seja, de plenária no segundo semestre e congresso no ano de 1997. Esta posição era proposta do PSTU. Acabou-se por aprovar que as propostas deveriam ser discutidas no Encontro Nacional de dirigentes e ativistas oposicionistas, que se realizaria em Belo Horizonte.

Sobre a Campanha salarial, havia um ponto comum que era a convocação de uma assembléia estadual para aprovar a pauta de reivindicação e organizar a luta contra a reestruturação do ensino e contra o arrocho salarial. O PSTU defendeu que era necessário colocar na pauta a proposta de um reajuste

emergencial de 100%, em seguida defendeu o piso do Dieese, reposição etc. Essa proposta foi duramente combatida, porque significava aceitar a miséria. Os 100% emergenciais nada mais eram do que concordar com um piso de menos de 500 reais, portanto uma proposta menor do que a da burocracia da Apeoesp, que defende 5 salários mínimos. Havia também um outro debate sobre o problema do piso do Dieese. Os cálculos realizados têm demonstrado que estão muito longe das reais necessidades de uma família trabalhadora. O POR se colocou pela necessidade de se calcular o real valor do piso, que certamente nada tem a ver com os 781 reais do Dieese. Mostrou que a defesa do salário mínimo vital de 1200 reais (piso), por 20 horas de trabalho semanais, unificaria o conjunto dos trabalhadores para derrotar a política de fome e miséria do governo. Causa Operária, que também se opõe ao piso do Dieese, abriu uma discussão de que o professor era um profissional qualificado e que não poderia ter o mesmo piso dos demais trabalhadores. Aprovou-se que o Movimento de Oposição defenderia o Piso do Dieese.

Em relação às eleições para a Apeoesp, havia três posições políticas. O PSTU veio com a proposta de se realizar um convenção aberta, chamando todos os agrupamentos que se reivindicam de oposição, incluindo a Força Socialista, O Trabalho e até mesmo o PCdoB. Argumentava que o PCdoB, no interior da CUT, estava no agrupamento oposicionista que organizava o Encontro nacional de dirigentes de Belo Horizonte e que era preciso "atrair" essa corrente para o "campo" de oposição. Como se vê, para o PSTU é possível aglutinar todos os setores descontentes com a diretoria da Apeoesp em cima do chamado "programa mínimo".

A corrente Causa Operária se colocou contra a convocação de uma Convenção aberta, pois vetava a participação da Força Socialista. Defendeu uma convenção somente com as correntes e militantes que estão no Movimento, fazendo uma ressalva de que era preciso convencer o Coletivo de Diadema e outros grupos que já participaram da Oposição a se reintegrarem.

O POR se posicionou por um programa classista em torno do qual se constituiria uma chapa frentista da Oposição. Caberia à Convenção aberta, sob a base do programa, julgar que correntes poderiam compor a frente e quais não deveriam. A nossa diferença com o PSTU é que este já considera antecipadamente como parte da chapa oposicionista as correntes acima mencionadas. E nos diferenciamos de CO no fato desse agrupamento já ter estabelecido quem deve compor a chapa desprezando o programa. Para nós, a luta contra posições oportunistas e aparelhistas ocorre com os que já integram a Oposição, a exemplo do PSTU e do próprio CO, como

quanto em relação às correntes que estão fora como O Trabalho, Força Socialista e Coletivo dos Trabalhadores. Essas correntes em geral são centristas, distinguindo-se em grau quanto a sua oscilação para a direita e para a esquerda. A luta programática no interior da Convenção será o divisor de águas. A unidade frentista das correntes de esquerda contra a burocracia sindical é importante até o ponto que permita se expressar a política revolucionária do proletariado e as aspirações dos trabalhadores de se livrar da direção traidora.

Após a discussão, venceu a proposta de "Convenção aberta e democrática", sob a base de pontos programáticos. Causa Operária declarou que não acatava a decisão do Seminário e que convocaria uma outra Convenção. Tal posição significava um rompimento com a frente oposicionista. Ou seja, CO se colocava antecipadamente, sem luta programática, pela divisão da Oposição. Depois de uma semana, na reunião da coordenação, compareceu com uma posição de recuo. Na plenária do Movimento de Oposição, realizada no dia 15, definitivamente se colocou pelo recuo, dizendo que acatava a Convenção. Nesse mesmo dia, distribuiu um Boletim já acatando a Convenção, porém omitindo sua posição anterior de rompimento com a Oposição. É assim que os oportunistas agem, fazendo recuos aparelhistas e envergonhados.

A Convenção será no dia 13 de abril. Os pontos programáticos aprovados são os seguintes: Abaixo a reforma neoliberal de Covas e FHC; Contra o acordo CUT-governo sobre a reforma da Previdência; Contra a reforma administrativa, fiscal e a flexibilização da jornada de trabalho e da legislação trabalhista; Que a CUT rompa com as negociações das reformas com o governo e mobilize os trabalhadores priorizando a ação direta e não as conversas de gabinete; Pela mais ampla unidade dos trabalhadores e do funcionalismo contra os planos de Covas e FHC; Todo apoio a luta do MST e as ocupações de terra, em defesa da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; Contra o Plano Decenal; Em defesa da Escola pública; Contra os mecanismos de privatização, as parcerias e a municipalização; Pela independência de classe: que a Apeoesp e a CNTE retirem-se dos Fóruns e Conselho de Educação com o governo; Por um Sindicato, independente do Estado, de massas, de luta e democrático; Pela mais ampla democracia na Apeoesp; Assembléias soberanas, proporcionalidade qualificada; Rodízio de diretores; Que as bases decidam; Solidariedade internacional a todas lutas contra o neoliberalismo; Abaixo as perseguições e prisões políticas; Em defesa do Socialismo e da democracia operária.





## Avaliação das eleições para o CA de Pedagogia

Iniciaram-se as aulas na Universidade Estadual do Ceará com um fato político novo: o CA de pedagogia tem à sua frente uma nova direção, proveniente das eleições realizadas no final de novembro de 95. Nela está presente a *POR*. Depois de um ano de paralisia completa, a entidade, que era dirigida majoritariamente pelo grupo Avançar na Luta (LBI), se encontrava entregue às baratas e morcegos.

As eleições na Pedagogia foram encaminhadas por uma comissão eleitoral aprovada em assembléia dos estudantes. Nesta mesma assembléia, propomos que na cédula de eleição fosse encaminhada uma consulta (plebiscito) aos estudantes para definir em que critério se faria a composição da diretoria: (majoritariedade x proporcionalidade). Causa Operária se colocou contra o critério de proporcionalidade e, portanto, contra o plebiscito. Levamos a votação e conseguimos aprovar com grande diferença, o que mostra que os estudantes querem a democracia sindical e o controle da direção política do CA.

A chapa Educação (*POR* e Independentes) foi a única que permaneceu com um trabalho de base constante, organizando as lutas e mobilizações dos estudantes junto com o CORETUR (Conselho de Representantes de Turmas), que também foi eleito em sala de aula, num momento em que o CA se encontrava de portas fechadas para a luta.

As demais chapas apareceram menos de um mês das eleições.

Causa Operária em crise trouxe militantes da Bahia, um representante da UNE de SP etc, o que demonstra seu desespero político, considerando que seu regional de Fortaleza foi dissolvido com o racha provocado pela LBI. Como se não bastasse, propôs ao PSTU a formação de uma chapa única contra a *POR*. O PSTU, por sua vez, se recusou, alegando defender a proporcionalidade e por conta dessa divergência não poderia se "juntar".

Causa Operária fez campanha contra o plebiscito, puxando voto nulo ou branco, alegando que não houve discussão suficiente, ao mesmo tempo em que lançava sua chapa em menos de uma semana das eleições. Será que uma semana é tempo suficiente para se compor uma chapa e discutir com os estudantes? Para isso, o tempo não conta.

Na verdade, o que CO defende é o arcaico estatuto majoritário do CA. Mas os aparelhistas nada afeitos à democracia sindical não deixam de ser oportunistas. Assim que foi aprovado o critério de proporcionalidade correu a compor a direção do CA.

Sob uma campanha despolitizadora, CO defendeu como principal bandeira "abrir as portas do CA", como se a entidade fosse uma repartição e tivesse como principal papel o atendimento

assistencial ao público em detrimento das lutas e mobilizações.

### Cédula

1. Reviravolta (PSTU e independentes) ( )
2. Prá reconstruir o CA (CO e independentes) ( )
3. Educação e Transformação Social (*POR* e independentes) ( )

### Plebiscito

- Majoritariedade ( )  
 Proporcionalidade ( )

### Resultado das Eleições:

Chapas	Total	Votos	Divisão/Cargos
1. Reviravolta		78	2 diretores
2. Prá Reconstruir		121	3 diretores
3. Educação e transf.		170	4 diretores
Nulos e Brancos		14	

### Plebiscito

Majoritariedade	47
Proporcionalidade	214
Nulos	49
Brancos	73
Total	383 votos

A proporcionalidade venceu com quase dois terços. A divisão dos cargos foi feita e as três chapas assumiram (pelo menos concordaram) o CA.

### Está colocada a possibilidade de constituir uma verdadeira direção programática.

O problema que se coloca para a nova direção, particularmente para a ala majoritária, é a de resolver a crise de direção, que quase liquidou com o CA de Pedagogia. Somente uma clara política proletária no interior do movimento estudantil poderá impulsionar as lutas e elevar a consciência antiimperialista e anticapitalista dos estudantes.

A nefasta política do estalinismo, do reformismo petista e do centrismo da esquerda (PSTU, CO) tem feito retroceder os organismos das massas estudantis, como a UNE, DCEs e CAs. A predominância da política pequeno burguesa democratizante, frentepopulista, eleitoralista e festiva vem impedindo os estudantes de compreenderem as causas da falência do ensino, as razões da ofensiva pró-imperialista dos governos e a importância da luta de massa. Tais correntes têm se caracterizado por rebaixar tremendamente a luta ideológica contra o imperialismo e o capitalismo. E, portanto, por não defenderem um programa proletário em meio à pequena-burguesia, sem o qual torna-se impossível a elevação da consciência revolucionária.



# Manoel Boni rompe com o POR

URB-CEARA

Numa reunião do POR de 2 de março, Boni deu informe que o Movimento dos sem-teto de Diadema havia comprado um terreno e que a Prefeitura, dirigida pelo PT, organizou uma ocupação desse mesmo terreno, numa clara

atitude de provocação. A Comissão que dirige o movimento de sem-teto ficou sabendo do fato no mesmo dia em que ocorreria a ocupação e assim abriu uma discussão sobre o que fazer. Duas posições apareceram: 1) informar ao dono; 2) que a Comissão fosse até o local para impedir a ocupação. Venceu a posição de informar ao dono. Uma vez avisado, o proprietário acionou a polícia contra a ocupação. O militante do POR Manoel Boni esteve totalmente de acordo com esse procedimento e se opôs a ida da comissão ao local para discutir com os ocupantes. Diante desse informe, a direção partidária caracterizou essa atitude de anti-marxista, ou seja, de quebra de princípio programático.

Diante do fato de Boni não admitir o grave erro, deliberou-se aprofundar a discussão. Numa nova reunião, se discutiu o problema. Nela Boni justificou que a medida adotada foi necessária porque não havia tempo para uma outra atitude, já que a comissão ficou sabendo às 19 horas e a ocupação seria às 23 horas. Também relatou que uma parte da Comissão pretendia ir para o local, e que foi minoritária.

Abriu-se a discussão e todos os demais membros da direção consideraram um grave erro de princípio. A argumentação foi exaustiva, no sentido de convencer o camarada da seriedade do problema. Em contraposição, Boni respondeu que a crítica feita era oportunista. Chegou

a dizer que reconhecia que foi errado e referiu-se de maneira não clara que tinha discutido o erro na Comissão. Exortado a explicar o conteúdo da discussão na Comissão se negou a fazê-lo, com o mesmo argumento de que a direção estava sendo oportunista.

Esgotada a argumentação, foi proposto que se aprovasse uma resolução e que se publicasse um posicionamento no Jornal Massas, porque o POR não tem responsabilidade sobre a delação feita e não carregará essa mancha em sua bandeira. Boni entrevistou dizendo que era oportunismo ligar as duas coisas e que não admitia que se publicasse no jornal, uma vez que o acontecido não tinha sido público. E que se se publicasse no Jornal romperia com o partido e passaria a combatê-lo. Um dos camaradas criticou essa conduta como chantagem. Novamente, inúmeras colocações foram feitas para convencer Boni da importância de se reconhecer o erro de princípio. Mostrou-se que nem todos os erros são iguais e de igual importância. A utilização da polícia para defender a compra da terra era um erro de princípio e que sem seu reconhecimento era melhor a ruptura, pois o POR não acobertaria o significado antioperário da delação. Se fizesse o contrário para manter Boni no partido, aí sim seria oportunismo e destruição programática do partido. Porém, concordava em fazer dois encaminhamentos separados: primeiro votar a resolução e dependendo do seu resultado votar a publicação no Jornal Massas e outros encaminhamentos. Boni se mostrou indiferente ao encaminhamento. Mesmo assim foi feito dessa forma, numa clara tentativa de convencê-lo do grave erro.

Apresentou-se a seguinte resolução: *"O CC considera que a denúncia feita ao dono da terra e o consequente acionamento da polícia rompe com o princípio revolucionário do proletariado, ou seja, do marxismo, de que jamais se pode utilizar da repressão do Estado capitalista para qualquer conflito. A posição de Boni levou a Comissão de sem-teto a colocar-se no terreno da burguesia para defender seus interesses de compra da terra"*.

Boni se absteve na votação. Um membro da direção declarou que a abstenção de Boni se constituía num voto contra a resolução, uma vez que nesse caso não caberia a abstenção. Boni se cala. Diante disso, se manteve o encaminhamento de publicar a posição do partido no Jornal. Manoel Boni cumpre sua ameaça de ruptura e abandona a reunião.

## A política revolucionária não admite a quebra de princípios

A delação da ocupação que haveria sobre o terreno comprado pelo Movimento Socialista Independente pela Terra de Diadema não foi um simples erro. Trata-se de uma transgressão de princípio, que rompe com o programa e o método da revolução proletária. Jamais e em hipótese alguma uma organização operária (pode ser inclusive um sindicato) pode se valer do patronato ou da polícia para qualquer conflito.

O programa do POR tem o Estado como instrumento da ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida. A polícia sempre será o braço armado dessa ditadura de classe. Uma causa dos oprimidos pode ser a mais justa possível, mas, se o Partido, sindicato ou outro tipo de organização operária evocar a polícia em seu favor, estará evocando a ditadura de classe da burguesia. Em qualquer circunstância, apoiar-se no patronato ou na polícia fortalece a ditadura capitalista.

A política do proletariado objetiva justamente o oposto: enfraquecer cada vez mais o poder de repressão do Estado sobre os oprimidos e fortalecer constantemente o movimento revolucionário pela conquista do poder, que se dará através do Partido Revolucionário. Esse objetivo condiciona os meios e a tática que o Partido pode utilizar. Ou seja, o método da ação direta e a tática de unificação dos oprimidos sob a direção do proletariado.

Dirigir um movimento para a compra de terreno, substituindo a ação direta, e delatar uma ocupação a um capitalista são erros capitais. O partido marxista rechaça toda e qualquer medida que venha a incentivar as tendências reformistas e fortalecer o Estado burguês. O rompimento desse princípio por um militante do POR e dirigente de um movimento de sem-teto demonstra que este não compreendeu de fato o marxismo e nunca assimilou o programa do partido.

Não há quem não reconheça a dedicação e o espírito de sacrifício de Manoel Boni. Porém, essas qualidades jamais podem se sobrepor aos princípios revolucionários e ao programa. Por outro lado, ao se negar a uma severa auto-crítica interna e externa ao partido, o ex-militante do POR se afasta da construção do Partido Revolucionário e mancha sua trajetória de lutador classista.





# LBI Não polemiza com o POR, faz sim uma fraude

A LBI (*Liga Bolchevique Internacionalista*) é um cisão de *Causa Operária*. O apodrecimento do grupo altamirista tem dado lugar a excelências do tipo LBI. Quando houve a cisão, fizemos uma colocação programática, afirmando que a LBI não rompia estrategicamente com CO, porque conservava a formulação de governo dos trabalhadores, muito utilizada para se adaptar à frente popular dos reformistas. A LBI se negou a responder nossa crítica. Porém, procurou contornar o problema do programa, utilizando-se de uma polêmica completamente infundada sobre a restauração capitalista na Rússia e sobre a tática da Frente Revolucionária Antiimperialista, apropriada para os países semicoloniais.

No seu Jornal de janeiro, nº7, procura dar a idéia aos leitores que o POR foi pró-Yeltsin em setembro de 1991 e em 1993 se adaptou ao Parlamento burocrático contra Yeltsin. Com isso, os nossos "bolcheviques" querem inventar um conteúdo centrista para as posição do POR. Como fazer essa alquimia sem deformar e fraudar a nossa verdadeira posição?

Temos colocado inconfundivelmente que há uma cisão no aparato burocrático estalinista. Duas alas fundamentais se degladiam em torno da estratégia de restauração capitalista, diferenciando-se apenas quanto ao ritmo da destruição das conquistas da Revolução de Outubro de 1917. As duas frações desprezadas do outrora monolítico estalinismo são restauracionistas. Eis porque a política revolucionária não deve e não pode apoiar uma fração contra a outra. Aqui está a essência de nossos posicionamentos frente ao golpe de setembro de 1991 e aos acontecimentos de outubro de 1993.

O que a LBI gostaria é que dessemos apoio a ala golpista de 1991 contra a ala de Yeltsin. Ou seja, gostaria que tivéssemos a política pró-estalinista de aliança com os golpistas. Tanto isso é verdade que a LBI não considera a ala estalinista golpista de 1991 como restauracionista e pró-imperialista. É como se o golpe fosse dado em defesa da propriedade estatizada e contra as pressões do imperialismo. Assim a LBI gostaria que defendêssemos

uma "aliança momentânea com a burocracia", porque assim "os trotskistas estariam na defesa não da camarilha bonapartista, mas das bases sociais da URSS...". Ora, essa posição é o mesmo que afirmar que o golpe era uma medida progressiva contra a restauração. Para acobertar essa capitulação pró-estalinista, a LBI falseia a realidade dando a idéia de que os golpistas não eram pró-imperialistas e que o imperialismo se assustou com os golpistas.

No episódio de outubro de 1993, frente ao conflito entre o Parlamento (majoritariamente constituído por nacionalistas e estalinistas da ala golpista de 1991) e Yeltsin, o POR utilizou o mesmo procedimento de caracterização feita no golpe de 1991. Não se tratava de apoiar nenhuma das alas. Levantamos a bandeira de luta contra a instalação da ditadura de Yeltsin, pró-imperialista e restauracionista. Ora, derivar daí que isso implica em apoiar o Parlamento contra Yeltsin é uma invenção de sem vergonhas. Tanto no conflito de 1991 quanto no de 1993, o POR se apoiou inteiramente na tarefa da revolução política, cuja essência é a de derrotar integralmente o estalinismo e recompor a ditadura do proletariado.

A verdadeira questão que a LBI coloca é se os trotskistas devem ou não apoiar a luta aparelhista entre as frações estalinistas ou não, como nos casos concretos citados. O fato é que a LBI é favorável apoiar os restos do Partido Comunista contra a outra ala, a da Yeltsin. Certamente, trata-se de uma posição seguidista da LBI, que a aproxima dos espartaquistas e do pablismo. Basta uma das formulações, entre tantas deformações e falsificações, para se ver que a LBI não tem nada a ver com o trotskismo.

Vejam a passagem: "Em agosto de 1991, Yeltsin comandou um setor que havia rompido com o aparato estatal dos PCUS, se alçou à condição de representante direto do imperialismo e venceu, com a ajuda da burguesia mundial, o golpe de estado liderado pelos burocratas estalinistas do Comitê de Emergência. Os restauracionistas tomaram o poder nas URSS, instaurando um governo capitalista, disposto a destruir as antigas bases sociais do

Estado Operário, privatizar a economia estatizada e a restaurar o capitalismo na região, transformando a antiga URSS numa semicolônia do imperialismo".

Está aí o embelezamento da ala estalinista golpista. A LBI esconde o fato dos golpistas estalinistas serem tão restauracionistas quanto a fração liderada por Yeltsin. A restauração não começou com a vitória de Yeltsin contra os golpistas de 1991. Ela começou desde o primeiro momento da ascensão de Stalin e se aprofundou progressivamente, chegando ao ápice com a Perestroika e com o domínio da fração de Yeltsin. A desagregação do aparato estalinista golpeado pelo fracasso do socialismo num só país e bancarrota econômica da ex-URSS deu lugar a uma tremenda luta intestina entre variantes restauracionistas. A LBI com a posição de apoio a uma das alas obscurece o problema central do estalinismo. Para ser consequente no seu apoio ao golpe de 1991, deve agora apoiar nas eleições o Partido Comunista, porque afinal de contas é o mesmo de 1991 e concorre contra Yeltsin.

Não será falseando a política de uma corrente adversária que se travará uma polêmica marxista. A LBI, que se filiou a um grupo decrépito da Argentina, resultante de uma cisão à direita do altamirismo (PO), escolheu um mal caminho ao se socorrer do estalinismo para se dizer trotskista.

NACIONAL



## Com Cuba, contra os Estados Unidos

A derrubada dos aviões invasores a serviço de um movimento pela restauração capitalista de Cuba foi uma medida de defesa de soberania nacional contra a provocação do imperialismo norte-americano. Frente a isso,

Clinton recrudescer o bloqueio econômico, a ponto de legislar o confisco de bens de capitalistas que não respeitassem o bloqueio, incluindo aí capitalistas estrangeiros. Não se poderia esperar outra coisa do gendarme norte-americano,

que tem o mundo como seu quintal e os Estados Unidos como o santuário perante o qual todas as nações devem se ajoelhar.

Não apoiamos em absoluto o castroismo, que se submeteu ao estalinismo e que se comporta como restauracionista perante as pressões do capitalismo mundial. Porém, apoiamos incondicionalmente toda e qualquer medida do governo cubano contra os ataques do imperialismo, como no caso da derrubada dos aviões. Certamente, esse acontecimento por si só não representa uma verdadeira defesa de Cuba contra a opressão nacional exercida pelo

imperialismo. Somente a organização de um poderoso movimento revolucionário mundial dirigido pelo proletariado em favor do socialismo poderá defender as conquistas da revolução cubana, como as da Rússia, China, Vietnã etc. As variantes estalinistas, castristas e maoístas são totalmente contra essa estratégia. Assim, seus conflitos com o imperialismo são episódicos e não refletem uma ação revolucionária.

Em defesa de Cuba! Fora com a opressão nacional! Pelo fim do bloqueio imperialista!

## Com Hamas, contra os opressores do povo palestino

Não precisamos estar de acordo com o método terrorista de luta do *Hamas* (Movimento de Resistência Islâmica) e nem com o conteúdo nacionalista de sua política. Porém, devemos defender o *Hamas* contra a perseguição do governo de Israel, da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) de Arafat e de toda pressão do imperialismo.

Depois do último atentado, as forças de segurança de Israel e a polícia da OLP desfecharam uma operação repressiva para liquidar o *Hamas*. Seus membros passaram a ser caçados casa por casa e a Universidade Islâmica de Gaza foi invadida pela polícia da Autoridade Nacional Palestina, dirigida por Arafat.

Vemos que o artificial Estado de Israel, enclave imperialista imposto no Oriente Médio, conseguiu submeter a OLP, dividir o povo palestino oprimido e agora fazer de Arafat um aliado na repressão contra o *Hamas*. Não se pode desconhecer que nos conflitos dos pales-

tininos com Israel, nos quais o *Hamas* está inserido, está embutida uma guerra. A polícia israelense, com seu serviço secreto, tem se utilizado largamente dos métodos terroristas do Estado burguês. O seu exército regularmente tem assassinado não só militantes mas também manifestantes do povo revolucionário. O massacre israelense de Chatila foi um ato de terror contra a população palestina, que se encontrava confinada num campo de concentração, que lembrava nitidamente os campos nazistas. A repressão militar às manifestações dos jovens palestinos (Intifada) é um outro exemplo da barbárie sionista.

Rechaçamos terminantemente a perseguição ao *Hamas* e denunciaremos a Autoridade Nacional Palestina como agentes da opressão nacional do povo palestino. Rechaçamos toda e qualquer medida do Estado policial de Israel contra as massas oprimidas.

### A cúpula contra o terror é instrumento do imperialismo

Aproveitando-se do acontecimento trágico, o governo norte-americano acionou Israel e alguns países árabes a lançarem uma proposta de uma reunião mundial de cúpula denominada "contra o terror". Logo Arafat, Yeltsin da Rússia e o governo egípcio se colocaram a favor. No mesmo sentido, as potências imperialistas da Europa se manifestaram, referindo-se ao terrorismo do IRA da Irlanda, dos Bascos da Espanha etc.

Disseram ao mundo que se tratava de um encontro de "compromisso com o processo de paz". E que este

depende do esmagamento mundial do terror. O que quer dizer o esmagamento do *Hamas*, IRA, ETA etc. Na realidade, as potências arrastaram a Autoridade Palestina, países árabes e a Rússia por detrás da estratégia da opressão nacional, que caracteriza em sua essência o imperialismo.

Repetimos que a fonte do terror é o próprio capitalismo, os Estados burgueses e a opressão imperialista. Na verdade, o objetivo do governo norte-americano e seus aliados é o de sufocar os movimentos nacionais como o dos palestinos, dos bascos, dos irlandeses etc. É preciso que o proletariado do mundo inteiro se coloque pela autodeterminação dos povos e combata a intervenção do imperialismo, que em nome da paz aumenta a opressão nacional e de classe, militariza as relações mundiais, provoca guerras e interfere militarmente em todo o globo terrestre.

A política dos oprimidos é de guerra de classe contra o domínio da burguesia, método esse que expressa o objetivo histórico de destruição do capitalismo e edificação da sociedade socialista. Somente com a destruição da opressão de classe e da opressão nacional pelo proletariado mundial, apoiado nos demais oprimidos, se poderá erradicar de vez com a barbárie.

O POR denuncia tal encontro imperialista e se coloca do lado do *Hamas*, ETA, IRA etc contra a ofensiva repressiva do imperialismo. Embora não concorde nem com sua política nem com o terrorismo individual, que se distingue da violência revolucionária das massas.

